

“NÓS SOMOS ILHÉUS, JUNTOS SOMOS MAIS FORTES”: FLUXOS DA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE E COMUNIDADE NA ILHA DA CULATRA – FARO, PORTUGAL

Mariela Felisbino da Silveira¹

RESUMO

Partindo da experiência de campo como pesquisadora do projeto “Festa da Nossa Senhora dos Navegantes: quando imagens e gentes fazem uma romaria sobre as águas” cujo objetivo é a candidatura da referida festa como patrimônio cultural nacional português, proponho narrar o processo de reconfiguração da tese de doutorado em antropologia. Ou seja, como um processo inerente à produção de conhecimento em antropologia através da experiência de campo.

Foi a partir da vivência intensa entre os moradores da Ilha da Culatra, uma comunidade de pescadores e mariscadores, nas margens da Ria Formosa, cidade de Faro, no Algarve ao sul de Portugal que o ponto focal para a tese, centrado no processo de reivindicação territorial e comunitária, amadurece.

Processos de patrimonialização pressupõem, na maioria das vezes, formas de co-habitação em que se torna necessária a interação, negociação e participação junto dos produtores do bem em questão. O trabalho de campo com os culatranses revelou-se visceral justamente por me proporcionar, como pesquisadora, este lugar de privilégio. Aos poucos, fui percebendo outros aspectos da vida social dos culatranses que me interessam e que poderiam ser objeto de um estudo mais alargado, como é o caso de uma tese de doutoramento. No decorrer dos meses, fui identificando muitos dos elementos e conceitos que sempre me mobilizaram na trajetória profissional em antropologia, bem como uma relação de continuidade com a temática que venho desenvolvendo no Brasil

A Festa em Honra da Nossa Senhora dos Navegantes, ou a Festa da Ilha, acontece no primeiro fim de semana de agosto e sua preparação e realização envolve um grande número de pessoas. São dois dias de atividades lúdicas e religiosas que terminam na procissão que percorre as ruas da Culatra.

¹ Doutoranda em Antropologia – UFSC/NAUI e ISCTE-IUL/CRIA.
E-mail: mariela.silveira@outlook.com.

A Festa da Ilha celebra a devoção à Senhora dos Navegantes, ao mesmo tempo que, constitui a afirmação de uma identidade muito própria, o reforço dos laços comunitários e o orgulho de ser filho da Ilha. “Nós somos ilhéus, juntos somos mais fortes”.

E foi neste contexto que, ao longo dos meses de contatos, vivências e entrevistas, fui sendo familiarizada com as mais diversas estratégias identitárias para (re)afirmação de uma ligação histórica ao território que hoje os culatrenses ocupam e cujas primeiras ocupações remontam ao final do século XIX. As narrativas que me eram apresentadas, para além da festa, traziam à tona o sentido construído de comunidade da localidade.

O processo de ocupação e constituição histórica da Ilha da Culatra tem da-se de forma gradual, a partir do final do século XIX, com a migração sazonal de pescadores, e processualmente de suas famílias, atraídos por atividades pesqueiras como as armações de sardinha e a pesca de cerco. O povoado ganha forma com barracas de barrão, depois com revestimento de madeira e telhados de zinco que vai configurando a permanência da população estabelecida em núcleos familiares, que vivem sobretudo da pesca mas também da criação de animais e plantação para subsistência.

Acontecimentos como a incorporação do território a uma área de reserva ambiental, em, e depois ao Parque Natural da Ria Formosa, ambos na década de 1970, põem em causa a legitimidade daquela ocupação historicamente marcada. Neste momento, surgem uma série de boicotes às eleições municipais, a partir de 1987, que tinham como alvo não só a luta pelo direito ao território, bem como a reivindicação do acesso a condições de permanência, tais como, energia elétrica, água canalizada e saneamento básico. Desde então, é comemorado, no dia 19 de julho, o Dia da Ilha.

“Somos Ilhéus, juntos somos mais fortes” – estes eram os dizeres estampados nas camisetas dos culatrenses durante as manifestações contra a derrubada de casas na localidade. Mais uma vez, é preciso reivindicar e negociar os termos de uma ocupação territorial comunitária que remonta às primeiras ocupações, no final do século XIX.

O resultado das negociações foi a instituição dos títulos de posse das casas, transmissíveis para os filhos, entretanto, renováveis a cada 30 anos àqueles que se mantiverem na atividade piscatória.

Por outro lado, a Ilha da Culatra – que tem acesso a rede de energia elétrica em 1992 – acaba de ingressar num programa de transição energética, O Culatra 2030, sendo uma das seis ilhas europeias participantes da ação que pretende gerar autonomia e sustentabilidade na produção de energia.

O processo de patrimonialização da Festa da N. S. dos Navegantes possibilitou formas de co-habitação e interação entre moradores, investigadores, instituições e público em geral. Neste caso, as narrativas têm a missão de equalizar discursos e práticas à volta do que se entende como “ser ilhéu, ser culatrense” enquanto identidade partilhada, com vistas numa reivindicação territorial e comunitária, instrumentalizada pela (re)configuração constante dos modos de vida numa comunidade piscatória onde o tradicional e o moderno co-habitam.